



CAMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

10/09/2019 17:43:29

Rua Farinha Filho, nº 50
Centro
Nova Friburgo - RJ

Processo nº: 142/2019
Data: 10/09/2019 17:41:22
Folhas n.º 02 Rubrica:

Senha consulta internet: 769054
Endereço:

Comprovante de Protocolização

Nº Processo: 142/2019

Data de Abertura: 10/09/2019

Procedência: EXTERNA

Secretaria: CÂMARA

Destino: LICITAÇÃO

Código Requerente: 5497 Nome Requerente: MAV MASTER ÁUDIO E VÍDEO, PUBLICIDADE, PRODUÇÃO

Setor Requerente:

Endereço: Conselheiro Julius Arp CPF/CNPJ: 03722529000107 UF: RJ

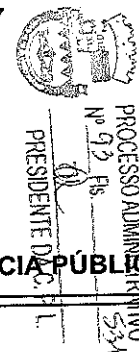
Município: Bairro: Olaria

Telefone: 22 Cep: 28623000 email: comercial@tvzoom.com.br

Assunto: IMPUGNAÇÃO

Setor Requerente:

Súmula: CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS IMPETRADOS AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA



ILMA. SRA. SILVIA ZVEITER DE ALBUQUERQUE ROCHA, PRESIDENTE
DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL
DE NOVA FRIBURGO - RJ

P.A. CPL nº 093/2019
CONCORRÊNCIA nº 001/2019

**MAV MASTER AUDIO E VÍDEO, PUBLICIDADE,
PRODUÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA.**, devidamente qualificada nos autos
do procedimento administrativo em referência, vem apresentar:

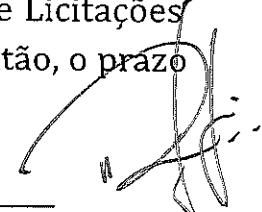
IMPUGNAÇÃO

Com amparo no § 3º do art. 109 da Lei Federal 8.666/93, dirigida contra
os recursos apresentados por G.A.C. DA SILVA PRODUÇÕES
AUDIOVISUAIS E PESQUISAS - ME e NOVIDADE TV LTDA., pelas razões
de fato e de direito que passa a expor.

I - DA TEMPESTIVIDADE

A licitante, ora Recorrida, foi intimada das interposições
dos recursos através de mensagem eletrônica enviada pelo remetente
designado por cpd@novafriburgo.rj.leg.br, em 3 de setembro de 2019
próximo passado.

Ocorre que, tendo encaminhado por meio eletrônico, as
razões dos recursos com folhas faltantes, esse D. Comissão de Licitações
corrigiu o equívoco no dia 4 seguinte, passando a correr, de então, o prazo



para apresentação das impugnações, por força do disposto no § 5º do art. 109 da Lei Federal 8.666/93.

A partir da retificação, portanto, da disponibilização dos conteúdos dos recursos no no dia 4/9/2019, deve ser considerada tempestiva a impugnação aos recursos apresentada até o dia 11/09/2019, às 18h, no 2º andar do prédio da Câmara Municipal de Nova Friburgo, data, horário e local indicados na ata de apuração da concorrência.

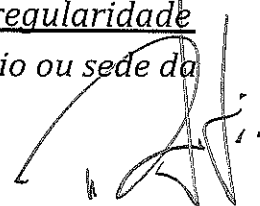
II - DA IMPUGNAÇÃO AO RECURSO INTERPOSTO POR G.A.C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS - ME

Da Alegação De Falta De Certidões De Regularidade Fiscal

A licitante G.A.C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS - ME, ora Recorrente, alega que MAV MASTER AUDIO E VÍDEO, PUBLICIDADE, PRODUÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA, ora Recorrida, teria deixado de cumprir o requisito de habilitação constante da alínea "d" da cláusula "V.01.02 - Regularidade Fiscal".

Segundo a Recorrente G.A.C, a referida exigência somente poderia ser considerada atendida com a apresentação de 3 (três) certidões emitidas pelo Poder Executivo Municipal, quais fossem, (i) "CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE ALVARÁ E ISS", (ii) "CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS" e (iii) "CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA/JURÍDICA".

Ocorre que a alínea "d" do item "V.01.02" do Edital de Licitação em apreço é literal ao exigir, *verbis*: "d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da



empresa licitante."

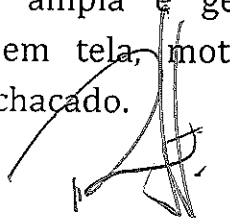
Como se vê, o texto da cláusula não só utiliza a expressão "prova", como também limita a exigência às "Fazendas", estadual e municipal, o que denota claramente a possibilidade de comprovação por qualquer meio idôneo, bem como limita a exigência às esferas das Fazendas Públicas.

Significa dizer que o Edital não exige que a licitante comprove regularidade através de certidão, limitando-se a exigir prova em geral, o que foi devidamente satisfeito pela licitante MAV MASTER, ora Recorrida.

Note-se que o Edital em tela utiliza a palavra "certidão" quando quer limitar a prova à forma por ele especificada, a exemplo do texto utilizado na alínea "b"(sic) da cláusula "V.01.04 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA", *verbis*: "...b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata..."

É relevante destacar que a certidão apresentada pela licitante é abrangente quanto à regularidade exigida, na medida em que abrange não somente os débitos fiscais, mas também todo e qualquer débito perante à Municipalidade.

De maneira que, suficientemente demonstrada a regularidade fiscal, com a juntada de notas fiscais emitidas através do sistema informatizado do Município de Nova Friburgo, onde fica a sede da licitante MAV MASTER, e constando previamente do envelope a certidão negativa de débitos, ampla e geral, não há falar-se em desatendimento do requisito em tela, motivo pelo qual o recurso interposto por G.A.C. deve ser rechaçado.



III - DA IMPUGNAÇÃO AO RECURSO INTERPOSTO POR NOVIDADE TV LTDA.

III.a) Da Suposta Falta De Cópia Autenticada Do Contrato Social

A licitante Novidade TV Ltda. apresentou recurso contra a decisão que considerou habilitada a licitante MAV MASTER, ora Recorrida, ao argumento de que esta teria deixado de apresentar cópia autenticada de seu contrato social.

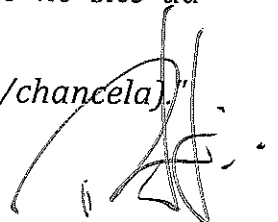
Como fundamento de sua irresignação, lança mão de dispositivo de norma **REVOGADA**, ignorando as alterações feitas na Consolidação Normativa Extrajudicial da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo Provimento CGJ n.º 107/2016, publicado no D.J.E.R.J. de 14/12/2016, este que acrescentou o § 3º ao art. 356-B, *verbis*:

"Art. 356-B (...)

...

§ 3º. A materialização, em papel, dos documentos eletrônicos registrados pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro-JUCERJA, será realizada mediante a apresentação, pela parte interessada, através de arquivo eletrônico do documento, na forma como dispõe o inciso II do artigo 356-B, podendo, neste caso, o Serviço Extrajudicial proceder a conferência do documento no site da JUCERJA

(<http://www.jucerja.rj.gov.br/serviços/chancela>)."



(Parágrafo acrescido pelo Provimento CGJ n.º 107/2016, publicado no D.J.E.R.J. de 14/12/2016)

Remetendo ao inciso II do mesmo artigo, a referida norma exige as características rigorosamente cumpridas pelo documento apresentado pela licitante MAV MASTER, acostado às fls. 301 dos autos, quais sejam:

"II - (...)

data e hora da impressão;

nome do arquivo, data e hora de sua criação e formato;

número total de folhas que compõem o documento;

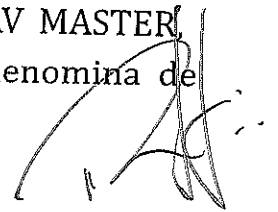
número correspondente à folha do documento."

(Caput do artigo e respectivos incisos I e II acrescidos pelo Provimento CGJ n.º 64/2016, publicado no D.J.E.R.J. de 01/08/2016)

Assim, da própria norma colacionada pela Recorrente depreende-se que a autoridade competente para o registro autenticou devidamente o documento acostado às fls. 301, na forma estabelecida no dispositivo normativo em tela, não havendo falar-se em desatendimento ao requisito apontado.

III.b) Dos Atestados De Capacidade Técnica

A licitante Novidade TV Ltda. questiona, ainda, em seu recurso, a decisão que considerou habilitada a licitante MAV MASTER, ora Recorrida, no ponto em que deixou de exigir o que denomina de





"credenciamento perante a ANCINE".

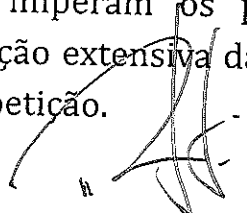
Salta à vista a impertinência da suposta falha suscitada sem qualquer menção ao item do Edital entendido como desatendido, o que inevitavelmente leva à conclusão de que, na verdade, a licitante, ora Recorrente, ressen-te-se de suposta lacuna do Edital, o que, ainda que fosse pertinente, não teria cabimento nesta sede de recurso, após a fase prevista no § 2º do art. 41 da Lei Federal 8.666/93.

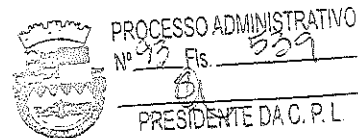
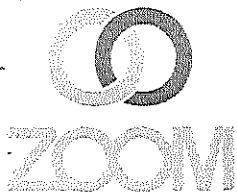
III.c) Da Suposta Falta De Apresentação De Jornalista Prevista No Anexo I Do Termo De Referência VII, 4, "a"

A licitante Novidade TV Ltda. prossegue questionando, em seu recurso, a decisão que considerou habilitada a licitante MAV MASTER, ora Recorrida, no ponto em que teria anuído com a indicação de jornalista no quadro de profissionais apresentado pela licitante MAV MASTER, ora Recorrida.

Mais uma vez a recorrente protesta contra a disposição do próprio Edital, que exige tão somente um jornalista, nada levando a concluir que as funções de responsável pela produção e apresentador não possam ser cumuladas.

De maneira que os protestos contra as disposições do Edital tiveram seu tempo próprio, na forma do § 2º do art. 41 da Lei Federal 8.666/93, não tendo qualquer cabimento nesta sede, notadamente após a abertura dos envelopes, quando imperam os princípios da vinculação ao edital, não cabendo interpretação extensiva das restrições, muito menos que tendem a prejudicar a competição.



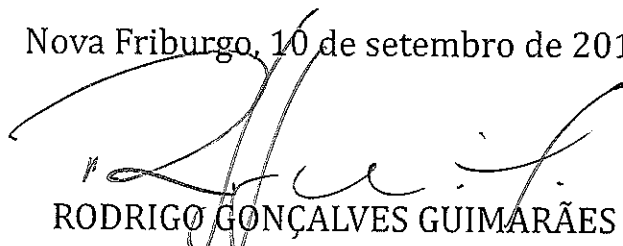


IV – DO PEDIDO

DO EXPOSTO, com fundamento nas razões acima expostas, e, principalmente, no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pugna pelo **NÃO PROVIMENTO** dos recursos interpostos por G.A.C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS - ME e NOVIDADE TV LTDA., uma vez que nada trouxeram que pudesse caracterizar inabilitação da Recorrida MAV MASTER AUDIO PUBLICIDADE, PRODUÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA.

Termos em que pede deferimento.

Nova Friburgo, 10 de setembro de 2019.



RODRIGO GONÇALVES GUIMARÃES
OAB-RJ 109.383

MAV MASTER AUDIO PUBLICIDADE, PRODUÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA